ADUNESP *in*FORMA

Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 45 - Novembro/2005

Depois das históricas batalhas contra o veto...

Luta por mais verbas agora é na LO

Terminada a batalha contra o veto do governador Geraldo Alckmin, a luta por mais verbas para a educação pública paulista entra em novo cenário. Agora, é hora de atuarmos para conseguir mais recursos através da Lei Orçamentária (LO/2006).

Págs. 6 e 7

E mais...

Chapão da Adunesp sai vitorioso das eleições - *Pág. 2*

Contra o calote no 13º salário, Adunesp exige cumprimento da legislação trabalhista - *Pág. 3*

Nova investida tucana na Previdência - *Pág. 4*

Os HU's e as "formas alternativas" do Cruesp - *Pág. 5*

As deliberações do V Congresso da Adunesp - *Págs. 8 e 9*

Enade: Um instrumento para a mercantilização da educação - *Pág. 10*

Todo apoio à greve nas universidades federais - *Pág. 5*

Na página 12, cartaz com a posição dos deputados durante as votações na Alesp

ELEIÇÕES NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Chapão recebe ótima votação e elege quase todos os seus candidatos

Montado a partir de um compromisso claro em favor da educação pública, gratuita e de qualidade, o Chapão lançado pela Adunesp aos órgãos colegiados da Unesp, para o mandato 2005/2007, se saiu muito bem, elegendo quase todos os seus candidatos (*veja abaixo*).

Para a Adunesp, a importância em participar efetivamente destes órgãos reside na possibilidade de denunciarmos quaisquer medidas que possam ser prejudiciais ao ensino público. Os candidatos comprometidos com o Chapão deverão atuar de maneira uniforme, em defesa do modelo de universidade pública de qualidade, com ampliação de verbas e financiamento pelo Estado; articulação e integração do ensino, pesquisa e extensão; combate à precarização do trabalho, às fundações e à privatização das instituições de ensino superior, entre outros.

A Adunesp aponta para a necessidade de articulação nos órgãos colegiados centrais como espaços reais de tomadas de decisão, visando nortear os rumos da nossa Universidade. Em seu mandato, os eleitos vão se deparar com vários temas que perpassam os diferentes colegiados e que requerem grande atenção, como: plano de carreira docente, unidades diferenciadas, planos de saúde, revisão estatuária, subquadro docente etc.

CHAPÃO DA ADUNESP - Os eleitos para 2005/2007

CO		
Unidade	**Titular**	**Suplente**
FCL/ASSIS	EDUARDO GALHARDO	HELOÍSA COSTA MILTON
FE/GUARATINGUETÁ	MAURO HUGO MATHIAS	OTHON CABO WINTER
FFC/MARÍLIA	LÍDIA MARIA VIANNA POSSAS	MARIA VALÉRIA BARBOSA
IB/RIO CLARO	ROSA CAVALARI	JOYCE MARY A DE PAULA E SILVA
IBILCE/S. J. RIO PRETO	MARCELO ANDRÉS FOSSEY	VANILDO LUIZ DEL BIANCHI

CEPE		
Titular	**Suplente**	**Unidade**
ALEARDO MANACERO JUNIOR	MARIA CECÍLIA F.P. S. ZANARDI	S.J.RIO PRETO/GUARATINGUETÁ
CARLOS ALBERTO ANARUMA	SEBASTIÃO ROBERTO TABOGA	RIO CLARO/S.J.RIO PRETO
DIONÍZIO PASCHOARELI JUNIOR	GERALDO DE FREITAS MACIEL	ILHA SOLTEIRA
ADHEMAR SANCHES	OLAIR JOSÉ ISEPON	JABOTICABAL/ILHA SOLTEIRA
ODEIBLER S. GUIDUGLI	JOSÉ XAIDES DE SAMPAIO ALVES	RIO CLARO/BAURU
MARCOS DEL ROIO	SUELI GUADELUPE DE L. MENDONÇA	MARÍLIA
ANTONIO ROBERTO ESTEVES	INGRID ANI A. FREITAS	ASSIS

Titular	**Suplente**	**Unidade**
NEWTON LA SCALA JUNIOR	APARECIDA FRANCISCO DA SILVA	JABOTICABAL/S.J.RIO PRETO
MÔNICA ROSA BERTÃO	JOÃO DA COSTA CHAVES JUNIOR	ASSIS
MARCELO NICOLETTI FRANCHIN	GILBERTO M. BENTO GONÇALVES	BAURU
CARLOS ALBERTO DOS S. CRUZ	VERA LÚCIA B. ISAAC RANGEL	ARARAQUARA
RICARDO ANTÔNIO F. RODRIGUES	JOSÉ LUIZ SUSUMU SASAK I	ILHA SOLTEIRA
JOSÉ WALTER CANÔAS	CIRLENE APARECIDA H. S. OLIVEIRA	FRANCA
FÁTIMA APARECIDA CABRAL	MARIA IZAURA CAÇÃO	MARÍLIA

Titular	**Suplente**	**Unidade**
GERALDO NUNES SILVA	MÁRCIO FRANCISCO COLOMBO	S. J. DO RIO PRETO
BENEDITO DE NADAI	MARIA INÊS PAGANI	RIO CLARO
MAURO HUGO MATHIAS	VALÉRIO A. PLAMPLONA SALOMON	GUARATINGUETÁ
LOURDES A. MARTINS S. PINTO	JOÃO BOSCO FARIA	ARARAQUARA
MÁRIO JOSÉ FILHO	HELEN BARBOSA RAIZ ENGLER	FRANCA
MARIA SUZANA DE S. MENIN	ADRIAN OSCAR DONGO MONTOYA	P.PRUDENTE/MARÍLIA
ANA MARIA D. OLIVEIRA	MARIA LÍDIA LICHTSCHEIDL MARETTI	ASSIS

Titular	**Suplente**	**Unidade**
ALONSO BEZERRA DE CARVALHO	ANTONIO CESAR FRASSETO	ASSIS/S.J.RIO PRETO
JOSÉ CARLOS MIGUEL	SÔNIA MARINA T. DE OLIVEIRA	MARÍLIA

Titular	**Suplente**	**Unidade**
ÁLVARO DE SOUZA DUTRA	GENER TADEU PEREIRA	GUARA/JABOTICABAL
ARIF CAIS	REINALDO JOSÉ FAZZIO FERES	S.J. RIO PRETO
EDSON ANTONIO CAPELLO SOUZA	JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA	BAURU/GUARATINGUETÁ
LUIZ ROBERTO V. BOSELLI	HERALDO LORENA GUIDA	MARÍLIA
ANTONIO FRANCISCO MAGNONI	JOSÉ LUIZ VALERO FIGUEIREDO	BAURU
ANTÔNIO LUÍS DE ANDRADE	JOSÉ MILTON DE LIMA	P.PRUDENTE

Nota: *Do Chapão apresentado pela Adunesp, não obtiveram votação suficiente apenas três candidatos (um no Cepe, um no Cade e um na CCEU).*

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Bauru), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

CALOTE NO 13º SALÁRIO

Adunesp exige cumprimento da legislação trabalhista

Em ofício divulgado no dia 18/11, a Reitoria da Unesp divulgou as formas de como será pago o 13º salário de 2005. São elas:

- Servidores estatutários ativos e inativos, com 13º salário líquido de até R$ 2.500,00, receberão integralmente o seu pagamento até 20/12/2005;
- Servidores estatutários ativos e inativos, com 13º salário líquido superior a R$ 2.500,00, receberão R$ 2.500,00 até 20/12/2005 e o saldo remanescente até o final de janeiro de 2006;
- Servidores celetistas receberão a primeira parcela até 30 de novembro e a segunda parcela em 20 de dezembro deste ano.

O anúncio da Reitoria, como era de se esperar, gerou revolta nos *campi*. Em sua plenária realizada em 10/11, a Adunesp já havia discutido a medida (que, até então, era extra-oficial). Em suas alegações, a Reitoria diz que esta e outras medidas são necessárias para que a Unesp não tenha que fechar as contas deste ano com um déficit de cerca de R$ 12 milhões. O reitor sinalizou que, "a partir dos seus princípios", não iria responder por este possível rombo.

Ocorre que os trabalhadores também têm princípios e, entre eles, está o de não abrir mão de seus direitos, principalmente quando se trata de cobrir o ônus de uma crise que não foi gerada por eles.

Contenção começou no meio do ano

As medidas de controle das despesas tomadas desde agosto pela Reitoria, incorporadas sem discussão pela comunidade, conseguiram produzir uma economia de cerca de R$ 6,7 milhões nos últimos meses. Porém, segundo o reitor (em conversa com a Adunesp e Sintunesp, no dia 10/11), esse montante não seria suficiente para garantir o pagamento integral do 13º salário, principalmente porque a arrecadação do ICMS vem oscilando muito pouco acima do previsto.

Em agosto, a Reitoria também anunciou que os trabalhadores não poderiam tirar férias neste ano e no início de 2006, porque não haveria recursos para o pagamento de 1/3 de férias. Desde aquele momento, a Adunesp, embora concordasse com a necessidade de contenção de despesas, colocava que os direitos a férias e ao 13º salário deveriam ser preservados e que a arrecadação não seria negativa, nos moldes que estavam sendo esperados pela Reitoria. O Sindicato insistiu que os direitos dos trabalhadores deveriam ser privilegiados na execução orçamentária. Muito do que a Adunesp previa aconteceu: as férias foram liberadas mês a mês neste ano e integralmente para 2006.

Jurídico da Adunesp reafirma direito

A Assessoria Jurídica da Adunesp afirma que os servidores estatutários têm os mesmos direitos dos celetistas (pagamento integral do 13º salário), ainda que isto não apareça em lei. O parecer da Assessoria Jurídica baseia-se no seguinte:

a) A Constituição Federal de 1988, reforçada ainda pelo § 3º do artigo 124 da Constituição do Estado de São Paulo, em que pesem os regimes distintos de contrato de trabalho, garante aos servidores públicos (celetistas e estatutários) o direito ao recebimento do 13º salário, o qual, por exigência e prática da Universidade, é pago dentro do exercício anual competente;

b) Na legislação destinada aos empregados públicos (celetistas), a questão do pagamento do 13º salário está regulamentada pelo Decreto Federal nº 57.155, de 03/11/1965. Por outro lado, no âmbito dos servidores estatutários, referida gratificação é aceita pelas Leis 10261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo) e Lei Complementar nº 180/78;

c) Em ambos os casos, depreende-se que o 13º salário, tal como vem sendo feito desde então, possui como data-limite de seu pagamento o dia 20 de dezembro de cada ano.

Assim, fica evidente que todos os trabalhadores devem receber este benefício ainda este ano. A Adunesp tem como prioridade a defesa dos direitos dos seus associados. Assim, vai buscar todas as formas, inclusive jurídicas, para garantir o recebimento integral do 13º salário ainda no ano de 2005. O Sindicato considera que é preciso ter coragem para defender, de fato, a instituição e que não podemos resolver um problema estrutural de financiamento da Universidade, criado por uma gestão irresponsável, atacando os direitos dos trabalhadores.

No momento de fechamento desta edição, em 29/11, estava em andamento uma rodada de assembléias nas unidades, com o objetivo de discutir o tema e propor possíveis encaminhamentos.

Fórum das Seis cobra compromisso do Cruesp e pede reunião

Diferente do compromisso assumido durante as negociações da data-base 2005, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) não recebeu o Fórum das Seis para novas reuniões. Por diversas vezes, a coordenação do Fórum – atualmente, sob responsabilidade da Adunesp – enviou ofícios cobrando a realização de reuniões com os reitores, para discutir assuntos de interesse da comunidade acadêmica e das universidades, como é o caso da luta por mais verbas na LDO e da discussão do restante da pauta de reivindicações.

Agora, o Fórum cobra dos reitores que discutam o andamento da Lei Orçamentária (LO), que traz emendas prevendo mais verbas para as universidades e o conjunto da educação pública. Até o momento, não houve resposta por escrito a nenhum dos ofícios encaminhados pelo Fórum.

Maio 2005: Manifestação em frente à Reitoria da Unesp, durante a data-base

NOVA INVESTIDA TUCANA NA PREVIDÊNCIA

Fórum das Seis é contra o projeto do governador e o qualifica como novo ataque aos servidores

Em sua reunião de 23/11, o Fórum das Seis discutiu o Projeto de Lei Complementar encaminhado pelo governo Alckmin à Assembléia Legislativa (PLC 30/2005), que cria a São Paulo Previdência (SPPREV), entidade que passaria a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).

Maio 2003: Passeata do funcionalismo em São Paulo, contra a Reforma da Previdência do governo Lula

O Fórum considera que o projeto é mais um ataque aos servidores e tomou as seguintes deliberações:

a) Ser contrário e lutar pela retirada deste projeto de lei;

b) Lutar pela retirada do regime de urgência para amplo debate entre os servidores públicos;

c) Buscar articular, com as demais entidades dos servidores públicos, mobilização para bloquear a tramitação deste projeto;

d) Conversar com as bancadas de oposição para obstrução de qualquer tentativa de votação deste projeto pelo governo do estado, visando ganharmos tempo para o debate e mobilização dos servidores públicos.

O que é o PLC 30/2005

Não é a primeira vez que o governo tucano tenta reformar a previdência do funcionalismo público estadual. A primeira investida ocorreu em 1999, tendo à frente o então governador Mário Covas. Entre outras medidas, a proposta previa a cobrança de inativos e o aumento do desconto dos ativos. Na época, a mobilização massiva dos servidores, que protagonizaram passeatas e atos com dezenas de milhares de pessoas, brecou o ataque.

Agora, na esteira da reforma aprovada pelo governo Lula, em âmbito federal, o governo Alckmin volta à carga. Uma primeira análise da íntegra do PLC 30/2005 mostra que as propostas são nocivas ao funcionalismo (aí incluído o pessoal das universidades) sob todos os aspectos. Veja alguns pontos:

- O artigo 32 diz que a constituição do fundo com finalidade previdenciária seria efetuada com base em contribuições previdenciárias mensais dos servidores públicos, ativos e inativos, dos militares do serviço ativo, dos agregados ou licenciados, da reserva remunerada ou reformados, e dos respectivos pensionistas, e também em contribuição previdenciária do estado. O PLC não define quais são os índices, remetendo essa função à regulamentação complementar.

- O artigo 27 diz que "Os valores dos benefícios pagos pela SPPREV serão computados para efeito de cumprimento de vinculações legais e constitucionais de gastos em áreas específicas, bem como poderão ser deduzidos do repasse obrigatório de recursos a outras entidades, órgãos ou Poderes dos quais os inativos, ou respectivos beneficiários, forem originários." Ou seja, ao contrário do que pensam algumas pessoas, a criação da SPPREV não traria qualquer alívio às contas das universidades estaduais paulistas, muito provavelmente levando à diminuição do atual repasse que lhes é feito. Por outro lado, o projeto tem o objetivo de tornar legal a inclusão dos aposentados e pensionistas nos índices já vinculados constitucionalmente à educação no estado de São Paulo.

- A gestão da SPPREV está longe de qualquer resquício de democracia. Os artigos 5, 9 e 13 prevêem que, dos oito membros do Conselho Administrativo, quatro seriam indicados pelo governador. Os seus cinco diretores executivos também seriam indicados pelo governador (o artigo 23 define o salário destes diretores em R$ 9.667,00). O presidente e o suplente do Conselho Fiscal igualmente seriam indicados pelo governador.

Luta contra os ataques

O Fórum das Seis e outras entidades do funcionalismo já estão se organizando para barrar mais esta agressão aos servidores públicos. A participação dos professores e servidores das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza será fundamental. Fique atento às informações divulgadas pela Adunesp e entre na luta.

1999: Ano foi marcado por grandes manifestações contra as mudanças que o governo Covas queria fazer na previdência dos servidores paulistas

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Reitores propõem "formas alternativas de financiamento" e abrem brechas para maior sucateamento

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) encaminhou documento ao governador Geraldo Alckmin, externando sua preocupação com o financiamento dos hospitais universitários. Um dos trechos diz o seguinte:

(...) "Considerando a insuficiência dos recursos repassados pelo SUS aos hospitais universitários, a crescente demanda da população pelos serviços oferecidos nessas unidades hospitalares, a impossibilidade das universidades ampliarem a parcela de recursos advindos de sua cota parte sobre o ICMS para os hospitais, faz-se necessária a busca de soluções que contribuam para o equacionamento do déficit orçamentário destas unidades. Nesse sentido, e visando preservar a qualidade do atendimento médico-hospitalar oferecido, principalmente à população mais carente, reiteramos a Vossa Excelência a necessidade de definição de formas alternativas de financiamento para os hospitais da USP, Unesp e Unicamp." (...)

Em reunião no dia 23/11, o Fórum das Seis discutiu o assunto. Uma primeira preocupação diz respeito às "formas alternativas de financiamento". Quais poderiam ser elas? A opção por recursos privados, seja por meio de convênios médicos ou financiamento direto por parte de empresas, significaria a privatização dos hospitais. E isso, na prática, significaria a elitização do atendimento.

O Fórum das Seis defende que os hospitais universitários sejam mantidos com recursos públicos. É dever do estado bancar o seu funcionamento, garantindo os espaços adequados para a formação de qualidade dos médicos que são graduados na Universidade, a realização de pesquisa de ponta e o atendimento especializado à população.

Também circulam informações de que o governo está estudando a possibilidade de repassar os hospitais universitários para o controle da Secretaria Estadual da Saúde. O Fórum considera, igualmente, que essa solução seria problemática. De um lado, sabemos que a rede pública de saúde, vítima de um violento corte de recursos, está de mal a pior. Como o governo (federal e estadual) não prioriza saúde e educação, destinando a maior parte dos recursos públicos para os banqueiros, é inegável que o setor está asfixiado. Hoje, a maioria da população que precisa recorrer à saúde pública está numa situação complicada. Os hospitais públicos, em geral, deixam muito a desejar. Nesta situação, os hospitais universitários acabam sendo uma exceção, embora também enfrentem problemas. Simplesmente passar sua gestão ao governo estadual não parece ser solução, mas sim uma forma de agravar o quadro.

O Fórum também se preocupa com a situação dos servidores dos HU's. Como ficariam numa eventual mudança de gestão?

Debate vai continuar

Além da carta ao governador, o Cruesp também montou uma comissão, com representantes das três universidades, para discutir os hospitais universitários. Em sua reunião do dia 23/11, o Fórum deliberou por ampliar o debate a respeito nas universidades e realizar um seminário sobre a questão. A organização do seminário ficará a cargo das entidades dos funcionários. Além disso, o assunto também será pautado nas reuniões entre Fórum e Cruesp que venham a ocorrer.

Fórum das Seis divulga moção de apoio à greve nas universidades federais

Considerando a importância da luta dos professores e servidores das universidades federais, em greve há cerca de três meses, o Fórum das Seis, em reunião no dia 23/11, aprovou uma moção em que divulga o seu mais amplo apoio ao movimento, considerando-o relevante para o marco das lutas em defesa da educação pública e de qualidade no país. A Adunesp já havia aprovado moção semelhante em sua plenária de 10/11. A íntegra da moção do Fórum, já encaminhada ao governo federal, é a seguinte:

"O Fórum das Seis, que congrega professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas, USP, Unesp e Unicamp e do Centro Paula Souza, em reunião no dia 23/11/2005, manifesta seu irrestrito apoio ao movimento dos trabalhadores, funcionários técnico-administrativos e professores das universidades federais e dos Cefet's, em defesa da valorização profissional, da recomposição salarial e da educação como um direito de todos.

A proposta inicial do governo federal, através do MEC, de reajuste de 0,1% aos salários dos trabalhadores das universidades federais e dos Cefet's, é mais uma evidência de que a educação pública não tem sido considerada prioritária. Tal fato acabou ocasionando a deflagração da greve, que em algumas universidades ocorre desde agosto, ou seja, muitos de nossos companheiros estão em luta há mais de 80 dias. Isto fez com que, num primeiro momento, o governo alterasse sua proposta inicial e sinalizasse para a recuperação inflacionária, a concessão de um abono e a discussão de um plano de carreira, porém, alijando os aposentados da discussão. Tais avanços, fruto da mobilização, ainda estão muito aquém das reivindicações dos trabalhadores. Ademais, a quebra da paridade entre o pessoal da ativa e aposentados é prática que precisa ser combatida e repudiada.

Diante desse impasse, que ameaça a manutenção, a melhoria e a expansão da educação superior pública, colocamo-nos ao lado de nossos colegas grevistas, entendendo que a nossa luta em defesa da educação pública, gratuita e de boa qualidade para todos é comum, e solicitamos que o governo Lula da Silva negocie efetivamente com os grevistas das universidades federais."

Foto: Andes

Ato dos grevistas em frente ao MEC (23/11/2005)

Luta por mais verbas continua agora na Lei Orçamentária

Terminada a batalha contra o veto do governador Geraldo Alckmin (*veja box*), a luta por mais verbas para a educação pública paulista entra em novo cenário. Agora, é hora de atuarmos para conseguir mais recursos através da Lei Orçamentária (LO) 2006, propondo emendas que diminuam os prejuízos gerados com a ação danosa do governador durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2006.

A LO transforma em valores tudo o que foi aprovado (em forma de índices) durante a LDO. É um momento que ainda permite remanejamentos de verbas.

O governador enviou seu projeto de LO à Assembléia Legislativa no dia 29 de setembro. O texto define o seguinte:

- O correspondente a 9,57% do ICMS para as Universidades (R$ 3,956 bilhões).
- R$ 309 milhões para o Centro Paula Souza.

Obviamente, isso fica muito aquém do que foi vetado (10% do ICMS para as universidades e 1% do ICMS para o Ceeteps). O Fórum das Seis estudou o conteúdo da LO e reapresentou emendas com teor semelhante ao que foi vetado pelo governador na LDO:

- 31% da arrecadação tributária total para a educação pública;
- 10% do ICMS efetivamente arrecadado para as universidades (ou seja, sem o desconto irregular da Habitação)
- 1% do ICMS efetivamente arrecadado para o Ceeteps.

O Fórum já pediu uma audiência com o relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, o deputado Edmir Chedid (PFL). O objetivo é obter um compromisso de que as emendas da educação serão incorporadas ao relatório a ser votado pela Comissão, o que deve ocorrer até o dia 8/12.

O Fórum apurou, também, que há outras cinco emendas, oriundas das audiências públicas realizadas no interior, que apontam para o aumento de investimentos nas universidades e no Ceeteps. A bancada do PT apresentou uma emenda destinando um recurso extra de R$ 8 milhões para os hospitais universitários.

Em reunião realizada no dia 23/11, o Fórum das Seis avaliou que o quadro político é favorável à aprovação das emendas na Comissão de Finanças e Orçamento. Porém, a exemplo do que ocorreu durante a LDO, o embate será no plenário. As entidades deliberaram, ainda, por confeccionar os cartazes mostrando os deputados que votaram a favor e contra o aumento de verbas para a educação na LDO (*veja na pág. 12*).

O Fórum considera relevante que haja uma mobilização no dia da reunião da Comissão (ainda sem data definida). A continuidade da mobilização na LO, a exemplo do que fizemos na LDO, será um elemento importante para impulsionar a nossa luta por mais verbas no ano que vem.

Os atos contra o veto, em setembro, reuniram milhares de estudantes, professores e servidores

O governo cercou a Alesp durante as manifestações contra o veto (foto no alto). À esquerda, o plenário JK

O presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Jr, fala em frente à Alesp, durante manifestação contra o veto

Alckmin manteve o veto na LDO, mas sai queimado do episódio

Depois de uma longa e tumultuada tramitação, o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública foi mantido pela Assembléia Legislativa. A votação aconteceu em sessão extraordinária, no dia 28/9, por posicionamento simbólico de líderes.

A sessão começou às 19 horas. Antes disso, cerca de dois mil manifestantes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza concentraram-se no MASP e desceram em passeata pela avenida Paulista, passando pela avenida Brigadeiro, até a Alesp.

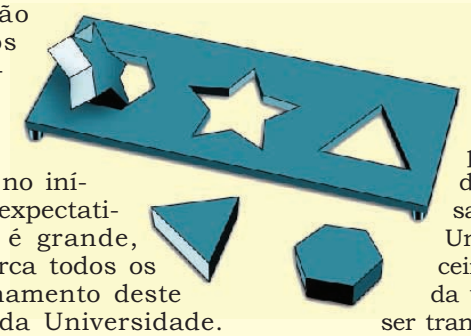
Como das outras vezes, um verdadeiro batalhão de policiais aguardava os estudantes, funcionários e docentes. Apenas uma parte foi autorizada a entrar, ficando para fora centenas de pessoas.

Embora tenha ganho a batalha, o governador sai bastante queimado deste episódio. A mobilização da comunidade acadêmica, inclusive com a greve que atingiu várias unidades das universidades, bem como a realização de atos e passeatas em todo o estado, colocou a nu a política hostil do governo aos interesses da maioria da população. Esta foi a primeira vez, inclusive, em muitos anos, que um veto do governador foi submetido à votação na Alesp.

A votação simbólica, encaminhada pelo presidente da casa, deputado Rodrigo Garcia (PFL), permitiu que a bancada governista ficasse "na moita", sem ter que se manifestar publicamente. Também fez com que outras bancadas, que haviam assumido compromisso com o movimento, mas que estavam sob forte pressão do governador, apenas se declarassem simbolicamente contra o veto. O efetivo voto contrário ao veto foi dado somente pelas bancadas do PT e do PC do B.

É importante denunciarmos, de todas as formas possíveis e em todo o estado, os deputados que votaram contra a educação, dando-lhes o rótulo de "inimigos da educação". No início de dezembro, a Adunesp e o Sintunesp estarão distribuindo os cartazes que mostram a posição de cada deputado durante as votações da LDO (veja na pág. 12*****).***

Adunesp e Sintunesp divulgam manifesto em defesa dos CCI's



A Comissão Técnica dos Centros de Convivência Infantil (CCI's) da Unesp, criada pelo Cade, deve divulgar seus resultados no início de dezembro. A expectativa da comunidade é grande, pois a proposta abarca todos os aspectos do funcionamento deste importante espaço da Universidade. Uma preocupação, no entanto, tomou conta dos funcionários e pais que utilizam os CCI's: o boato de que haveria uma proposta de terceirizá-los. Diante disso, em várias unidades foram elaborados abaixo-assinados, repudiando essa possibilidade e solicitando apoio para as propostas que serão divulgadas pela Comissão Técnica.

A reportagem do ***Adunesp Informa*** conversou com pessoas ligadas à Administração da Unesp, que negaram haver qualquer proposta de terceirização. No entanto, em tempos neoliberais dos mais bicudos, todo cuidado é pouco.

A seguir, acompanhe a íntegra de uma manifesto divulgado conjuntamente entre a Adunesp e o Sintunesp:

"O Centro de Convivência Infantil (CCI) da Unesp é resultante de reivindicações de sua comunidade, que lutava pelo direito à educação infantil na Unesp. Criados a partir de 1982, os CCI's atendiam os filhos de docentes, estudantes e funcionários. Mais do que atender demandas, o CCI vem se constituindo em um espaço importante de concretização de direitos da criança.

Inicialmente, essa conquista era dos três segmentos, concepção justa quando o compromisso é com a democracia e a superação das desigualdades sociais. Porém, durante alguns anos essa conquista se restringiu aos filhos de docentes e funcionários. Somente a partir da Portaria Unesp nº 311, de julho de 2004, que o CCI voltou a atender filhos de alunos nas vagas excedentes. Mas, por que essa situação?

A justificativa permanente, assumida em diferentes gestões da Reitoria, são os custos. Ao longo do tempo, tem se efetivado um descompromisso da gestão da universidade com o CCI, pois não está entre as atividades fins da instituição, logo é alvo fácil da filosofia de corte de gastos. Essa lógica não é nova, pelo contrário, é a essência de visão de gestão predominante atualmente, que também atinge as atividades fins da universidade.

A proposta de terceirização do CCI vai ao encontro da lógica da privatização da universidade. É inconcebível pensar a educação infantil na Unesp realizada por "terceiros". Educação é um fim da universidade, não pode ser transformada em mercadoria, como apregoam as políticas neoliberais. A Universidade tem compromisso com a educação pública em todos os níveis, não pode buscar a saída mais "fácil" para resolver o problema do CCI.

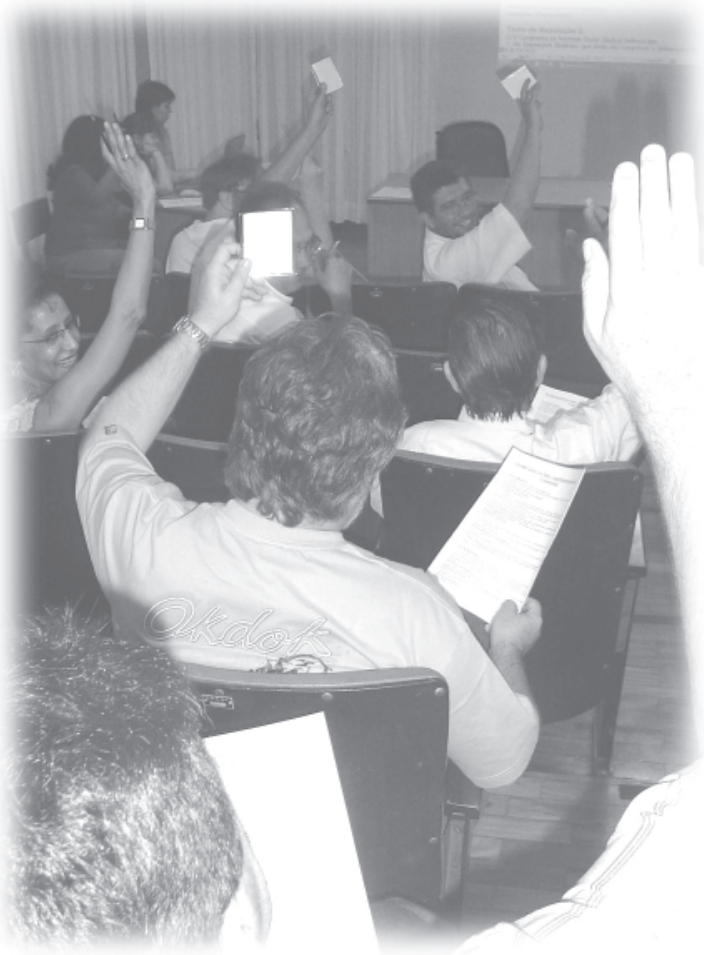
Em época de cortes de toda ordem, parece ser improcedente lutar pela manutenção do direito à educação infantil aos filhos da comunidade unespiana. Porém essa questão não pode ser reduzida ao olhar corporativo ou à leitura reducionista de qualquer tecnocrata. É uma questão que deve extrapolar o âmbito do imediato e vislumbrar possibilidades reais de contribuir para a implantação e garantia do direito da criança no país, pois, do contrário, levaria a um retrocesso do que se entende e do que é de fato a Educação Infantil. Como a Unesp pode contribuir?

- Garantindo o direito à educação para as crianças de zero a seis anos, filhos de docentes, funcionários e estudantes da Unesp;
- Transformando o CCI em espaço de pesquisa das diversas áreas de conhecimento constitutivas da Universidade;
- Articulando o estágio de diversos cursos com o trabalho do CCI;
- Mantendo o financiamento e a gestão do CCI;
- Admitindo servidores para o CCI somente por concurso público e vinculando todos os seus servidores ao quadro funcional da universidade.

A universidade, no momento atual, deve ser criativa e ousada ao definir suas prioridades. Saber distinguir dificuldades estruturais de financiamento de opções de modelo de universidade é o maior desafio. É dentro desse contexto que a Reitoria deve reconsiderar a proposta de terceirização do CCI, sob o risco de se perder toda a referência construída nesse tempo em educação infantil, seja no âmbito de pesquisa, nos estágios supervisionados, ou no atendimento concreto à criança. Espera-se do gestor a sensibilidade e a competência para superar problemas e não a indesejável capacidade de inviabilizar importantes iniciativas em nome da suposta racionalidade administrativa. Terceirizar o CCI é interromper um importante avanço para a educação infantil no Brasil!"

V Congresso da Adunesp analisou a crise política e traçou planos de lutas para o próximo período

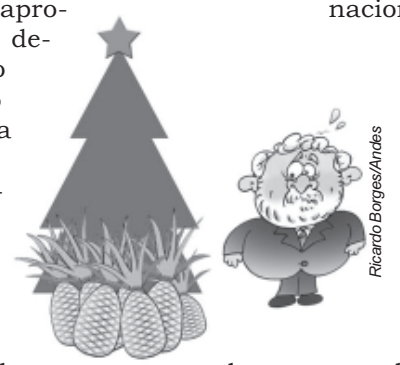
Realizado de 8 a 10 de setembro de 2005, em Assis, com o tema "Reafirmar o Sindicato na luta contra as reformas neoliberais: Defesa da organização dos trabalhadores e da universidade pública", o V Congresso da Adunesp analisou a conjuntura nacional e a situação da universidade pública no estado de São Paulo, situando a Unesp neste contexto e traçando um plano de lutas para a sua categoria docente. Abaixo, acompanhe um apanhado das principais discussões e deliberações:



Os delegados durante o V Congresso da Adunesp: discussão aprofundada sobre a conjuntura política

Análise da conjuntura denunciou a corrupção e a política neoliberal de Lula

Na Carta de Assis, aprovada ao final do evento, os delegados constataram que o cenário nacional mostra o governo Lula imerso numa profunda crise. "Além de seguir e aprofundar a política neoliberal ditada pelo grande capital internacional, fazer reformas contra os trabalhadores, manter o salário mínimo na miséria, cortar da saúde e da educação, este governo vai além e se afunda num gigantesco mar de lama, com mensalões boiando por toda parte", diz um dos trechos do documento.


Ricardo Borges/Andes

"Para os trabalhadores, que elegeram Lula com a esperança de terem um governo comprometido com os interesses da maioria da população, a decepção pode abrir espaço para posturas conservadoras, no rastro da nova 'oposição' que se apresenta como defensora da moral e da ética", enfatiza outro ponto da carta, lembrando que, na realidade, os partidos burgueses (como o PSDB e o PFL), que sempre usaram a corrupção como expediente de trabalho, procuram agora utilizar a crise a seu favor, tentando se diferenciar dos acusados do PT. "Brigam entre si para ver quem será o próximo a dirigir o país e continuar aplicando, à risca, as receitas neoliberais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos dos países imperialistas", conclui o texto.

O documento reafirma que, para os trabalhadores, interessa não apenas acabar com a corrupção, mas defender um programa de reivindicações que tenha como base as suas principais necessidades: Mais verbas para a educação e a saúde públicas; Reposição das perdas para os servidores públicos; Salário mínimo real; Fim das privatizações e revogação das já realizadas; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Saúde e educação pública de qualidade e para todos; Nenhum subsídio aos capitalistas; Revogação da Reforma Previdenciária; Não às Reformas Sindical, Universitária e Trabalhista; entre outras.

Para os delegados presentes ao V Congresso, ainda que haja fatos novos e diferenciados na atual conjuntura, em relação às crises anteriores (como o escândalo da era Collor, os ataques do governo FHC etc), a saída para a crise continua sendo a mesma: a reação, a organização e a luta dos trabalhadores e do conjunto da população explorada.

"Se, de um lado, temos uma parte das direções sindicais e dos vários movimentos sociais que se atrela e se deixa cooptar pelo governo, de outro vemos setores aguerridos e dispostos a seguir em frente na defesa dos inte-

... continua

No plenário e nos grupos, os delegados fizeram um balanço da atuação da entidade e traçaram um plano de lutas para o próximo período

resses da classe trabalhadora", destaca a Carta de Assis. O texto lamenta a completa adaptação da direção da CUT ao governo – inclusive apoiando suas medidas de ataques aos trabalhadores, como se deu na Reforma da Previdência –, o que levou vários sindicatos combativos a romperam com a Central e optarem pelo rumo da luta. No V Congresso, inclusive, o nosso Sindicato reafirmou a sua desfiliação da CUT estadual, apontando para a importância de fortalecermos fóruns de reação, como a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), fóruns estaduais em defesa do serviço público, entre outros ligados aos movimentos sociais e estudantis. Na página 11, veja matéria sobre a Conlutas.

Luta por mais verbas

No momento em que se realizou o V Congresso da Adunesp, a luta por mais verbas para a educação pública na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2006 estava no auge, com o veto do governador prestes a ser votado pela Assembléia Legislativa.

Os delegados avaliaram a importância de conquistarmos mais verbas para as universidades. Foi ressaltada a situação específica da Unesp, em que a recente expansão de vagas e unidades, impulsionada pelo governador sem a devida contrapartida de recursos, aprofundou um elenco de problemas que já vinham sendo sentidos: falta de professores e funcionários, salas lotadas, entre outros. A Carta de Assis, inclusive, lançou uma dura cobrança sobre os reitores. "É com grande descontentamento que vemos a ação dos nossos reitores. Em vez de se somarem à comunidade na luta contra o veto – o que, sem dúvida, fortaleceria o movimento – preferem fazer o jogo de bastidores, tentando negociar com o governador pelas costas dos milhares de estudantes, professores e funcionários que vêm lotando a Assembléia Legislativa há semanas. A carta enviada pelo Cruesp ao governador, datada de 29 de julho, vai na contramão da mobilização coletiva e traz riscos de novos retrocessos. Nela, os reitores apontam os recursos que consideram necessários para manter a expansão já realizada e para a prevista nos próximos anos", diz o documento. Os delegados alertaram para o fato de que a carta dos reitores ao governador apresentava os valores que seriam necessários à incorporação da Faenquil (pela USP), da Famema e da Famerp (estas últimas pela Unesp). "De onde o reitor Macari tira tais valores, se a comissão criada pelo CO para estudar o assunto ainda está em andamento?" questiona o texto.

Unidades Diferenciadas

Um dos pontos discutidos no V Congresso foi a situação das Unidades Diferenciadas (UD's). Os delegados rejeitaram as propostas de mudança estatutária (que haviam sido apresentadas pela Reitoria poucos dias antes do Congresso da Adunesp), prevendo a regularização das UD's.

Manifestação durante a data-base 2005: denúncia das más condições nas unidades diferenciadas

As deliberações do V Congresso propõem a luta pela transformação dessas UD's em Unidades Universitárias, conforme o Estatuto, mediante ampliação definitiva da dotação orçamentária da Universidade.

Crise na Unesp

No início de setembro, quando ocorreu o V Congresso, a Reitoria havia recém lançado medidas de contenção de gastos (corte geral de 15% nas verbas de custeio, bloqueio de ligações para celulares, suspensão da nomeação de docentes até fevereiro de 2006 e, por fim, o indeferimento de férias etc). Os documentos lançados pela Reitoria já sinalizavam com um possível calote no pagamento do 13º salário, o que viria a se consolidar parcialmente, como mostra matéria na página 3.

A Adunesp reafirmou em seu V Congresso que este tipo de medida em nada contribui para resolver os problemas financeiros da instituição. A Carta de Assis frisa que a principal questão neste debate é política. "É inaceitável que, diante de problemas reconhecidamente estruturais, a Reitoria apresente medidas imediatistas e pontuais. Trata-se de uma visão restrita diante da gravidade da situação, mais uma vez procurando despejar sobre a comunidade acadêmica o ônus de uma crise que não foi gerada por ela", diz um trecho, conclamando os reitores a somarem forças com professores, alunos e funcionários na luta por mais verbas.

Confira no site

A íntegra da Carta de Assis e de todas as resoluções aprovadas no V Congresso pode ser conferidas na página da Adunesp na Internet (www.adunesp.org.br).

ENADE

Um instrumento para a mercantilização da educação

No dia 6 de novembro, o MEC aplicou em todo o país o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Embora limitado, o debate sobre o assunto gerou polêmica nas universidades. Uma parcela do movimento estudantil conclamou os alunos a boicotarem a prova, entregando-a em branco.
Seguindo deliberações de seu 24º Congresso e do 50º Conad, o Andes (Sindicato Nacional do qual faz parte a Adunesp) reafirmou sua posição contrária ao Enade. A nota pública divulgada pelo Andes é bastante elucidativa e contribui para o aprofundamento das discussões. A seguir, veja a íntegra do documento, intitulado "Enade: Um instrumento para a mercantilização da educação":

"A avaliação acadêmica das instituições de ensino superior e da qualidade da educação é um anseio da comunidade acadêmica comprometida com a educação pública de alta qualidade e com o controle social da educação. Contudo, desde o final dos anos 80, os organismos financeiros internacionais e os governos neoliberais de toda a América Latina têm-se apropriado desse anseio para convertê-lo em um instrumento para impulsionar as reformas educacionais encaminhadas pelo Banco Mundial.
Além de ser um meio para impor a eficiência gerencial das instituições em moldes empresariais e legitimar cortes de recursos públicos, essa pretensa avaliação tem sido um poderoso meio de conformar o que é dado a pensar nas universidades e, por conseguinte, um recurso para tentar legitimar o pensamento único nos *campi* universitários.

O Enade está inscrito no rol dessa avaliação que chegou ao Brasil com o ajuste "estrutural" decorrente da crise da dívida de 1982. O seu objetivo é heteronômico, confrontando diretamente a autonomia universitária constitucionalmente assegurada, o seu método de encaminhamento é antidemocrático e como instrumento de avaliação é incompatível com o fazer acadêmico.

Cumpre destacar que o exame dos estudantes é parte de um sistema mais amplo, o Sinaes (Lei 10.861/04), imposto por medida provisória e coordenado por uma comissão nacional (Conaes) de caráter inteiramente governamental. A regulamentação do Enade tornou patente o seu caráter autoritário. Os dirigentes que se recusarem a aplicar o exame podem ser punidos pelo ministro, que tem o poder de destituir o dirigente, independentemente das decisões autonomamente estabelecidas pela instituição. Ademais, o exame passou a ser um componente curricular obrigatório que, inclusive, prevê a não-concessão do diploma estudantil. Em conformidade com a cultura individualista e da livre concorrência, o exame prevê a autorga de distinções e prêmios para os melhores, promovendo o *ranqueamento*, tanto de estudantes como de instituições.

Esse caráter instrumental e de cunho empresarial foi logo compreendido pelos mercadores da educação. Atualmente, a maior parte das instituições privadas de caráter mercantil já utiliza o Enade como um suporte para suas estratégias publicitárias e, conforme pesquisas, está majoritariamente satisfeita com o novo instrumento que é defendido de modo veemente pelo Fórum Nacional em Defesa da Livre Iniciativa da Educação.

Na condição de componente curricular obrigatório, o Enade define, à revelia da instituição, a natureza e o caráter dos currículos e das prioridades de formação, afrontando, abertamente, a autonomia didático-científica das instituições. Essa definição abre caminho para uma maior presença de empresários e setores particularistas na educação superior brasileira. A exemplo do Exame Nacional de Cursos (provão), as instituições privadas desprovidas de legitimidade passam a se imiscuir na definição da avaliação, fato agravado pela ausência de autonomia do INEP frente ao governo Federal. O interesse dos empresários nesse tipo de avaliação pode ser explicado pelo uso desse instrumento pelo mercado na contratação de profissionais.

Consoante com os seus objetivos afins aos dos empresários, esse instrumento serve tão somente para legitimar uma educação desprovida de qualidade. Os objetivos e os indicadores da avaliação foram tão mal-elaborados que o Enade produziu o seguinte paradoxo: no último exame, surpreendentemente, a nota da prova do conhecimento **específico** da maior parte dos cursos foi maior entre os estudantes ingressantes do que entre os que estão perto da conclusão do curso, levando a crer que a universidade impõe a ignorância no lugar do saber.

A convocação do boicote por uma série de Executivas estudantis tem de ser saudada como um gesto em defesa da universidade pública de alta qualidade e de sua autonomia. Essa avaliação padronizada é uma agressão à autonomia, favorece a publicidade de empresas inescrupulosas, promove o ranqueamento e a cultura empresarial, premiando a falsa qualidade e impondo o pensamento único.
Por uma avaliação de verdade, o ato de resistência estudantil e das instituições que se recusaram a compactuar com essa farsa é um gesto em defesa da qualidade da educação brasileira. O Andes-SN está junto nessa luta!"

Em debate, uma nova direção para as lutas dos trabalhadores

A posição da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) diante da Reforma da Previdência feita pelo governo Lula foi a gota d'água que faltava para transbordar a insatisfação do funcionalismo público com a Central. Além de não apoiar a greve nacional dos servidores contra a Reforma, em 2003, a CUT ainda defendeu publicamente as medidas do governo Lula, fazendo coro com as reacionárias acusações de que os servidores são "privilegiados".

No 24º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), realizado de 24/2 a 1/3/2005, a maioria dos delegados presentes ao 24º Congresso (incluindo os da Adunesp) condenou o apoio da CUT às reformas neoliberais do governo e sua tentativa de isolar os servidores públicos e de boicotar suas lutas. Diante disso, decidiram pela desfiliação e pela aposta na construção de novos fóruns de luta.

Os delegados também deliberaram que o Andes deve continuar empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo. Para isso, deverá intensificar, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a Conlutas e outros de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais.

Andes já integra a Conlutas

Dezenas de entidades sindicais já apóiam a Conlutas, como é o caso da Adunesp, por deliberação de suas plenárias e congressos. Em âmbito nacional, há algumas de peso, como é o caso do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), Fenafisco (Federação Nacional do Fisco), Fenafisp (Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social), Sindlegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU) e Unafisco Sindical (Sindicato Nacional dos auditores Fiscais da Receita Federal).

Acima, marcha em Brasília, contra as reformas (16/junho/2004). À direita, o encontro de Luziânia

Conlutas prepara seu primeiro congresso

Com a participação de várias entidades sindicais importantes (*veja no box*), a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) vem se transformando num pólo importante de reação às reformas neoliberais do governo Lula, contrapondo-se ao apoio explícito feito pela CUT. Em 2006, a Conlutas deverá realizar seu primeiro congresso.

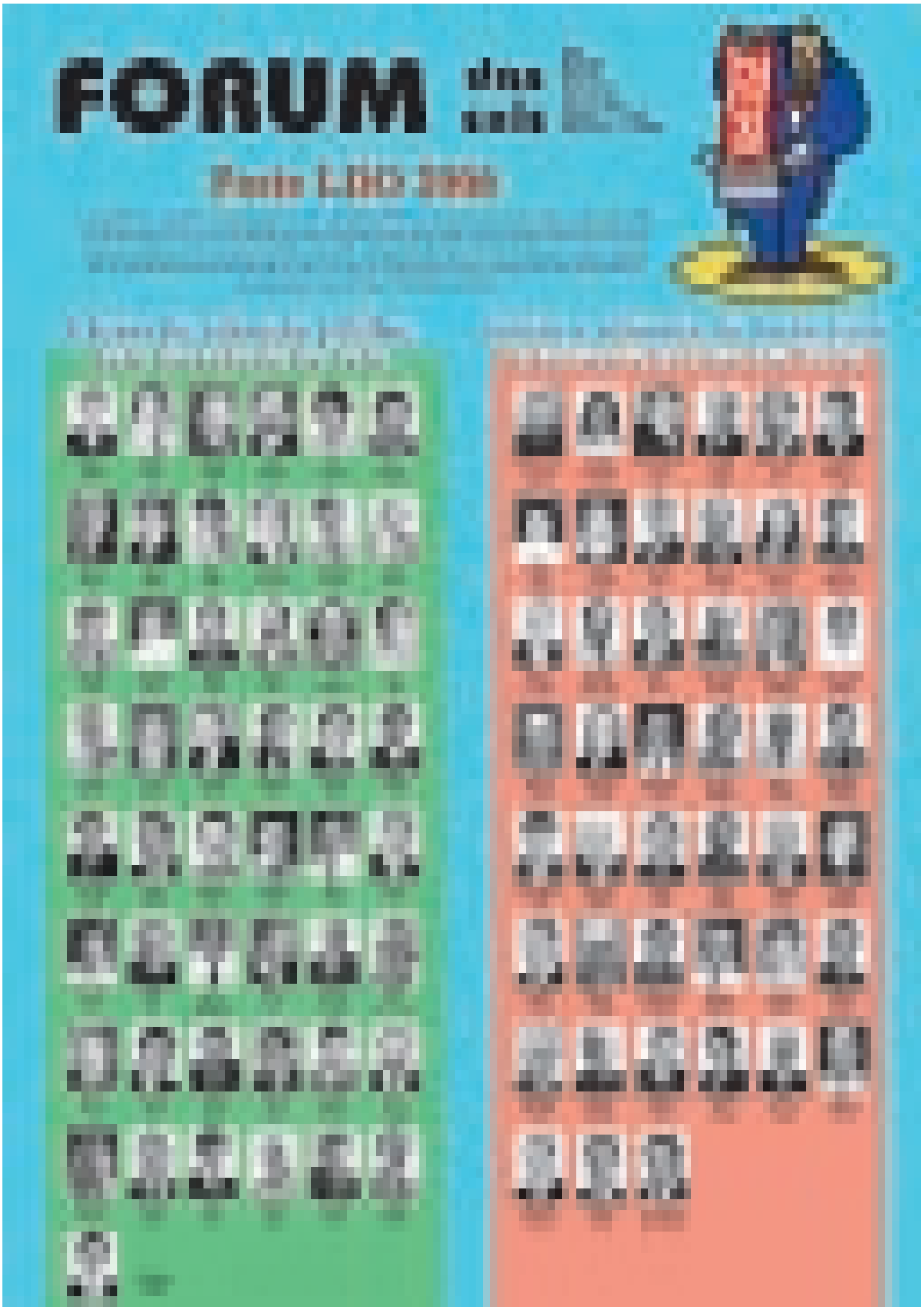
Seguindo a orientação definida no 24º Congresso do Andes e por deliberação de suas instâncias, a Adunesp vem apoiando e participando das atividades convocadas pela Conlutas e considera importante que este debate se aprofunde na categoria. Por isso, deverá realizar, no início do próximo ano, seminários nas unidades, visando participar do primeiro congresso da Conlutas com um posicionamento definido pela base da categoria.

Como subsídio aos debates que virão, esta edição do ***Adunesp Informa*** traz um apanhado da história da Conlutas. Como seu próprio nome diz, não se trata de uma central sindical, mas de uma coordenação, composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais etc, que tem como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI.

A Conlutas surgiu como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004, em Luziânia (GO), e que reuniu mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais. Este encontro definiu um calendário de lutas contra a reforma Sindical, cuja primeira grande atividade foi a manifestação, organizada pela Conlutas, em Brasília, em 16 de junho de 2004, reunindo cerca de 20 mil manifestantes.

A Conlutas define-se como instância organizativa que busca construir-se como uma alternativa para as lutas dos trabalhadores, frente a degeneração da CUT. A natureza e a forma dessa alternativa estão em debate e deverão ser o tema central do seu primeiro congresso.

Veja como se portaram os deputados nas votações sobre mais verbas para a educação pública paulista



Cartaz elaborado pelo Fórum das Seis